

O TEXTO LITERÁRIO COMO CENÁRIO PARA REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS: UMA LEITURA DO ROMANCE O FILHO DE MIL HOMENS

THE LITERARY TEXT AS A SCENE TO REFLEXIONS ABOUT HUMAN RIGHTS: A READING OF THE ROMANCE O FILHO DE MIL HOMENS

Mônica Maria dos Santos 1
Eliane Aparecida da Costa Soares 2
Bruno Rege Lopes 3

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
Doutoranda em Estudos Literários no Programa de Pós-graduação em
Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT). Docente do curso de Letras: Língua Portuguesa e Literaturas
de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Câmpus Universitário do Araguaia (CUA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2810283550094313>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0375-9488>.
E-mail: monicamagnificamv@gmail.com

Graduada em Letras: Português e Literatura da Língua Portuguesa
pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000). Pós-graduação em Estudos
Linguísticos pela UFMT. Posteriormente, fez apostilamento em Língua Inglesa e
Literatura de Língua Inglesa (2003) e Língua Espanhola e respectivas Literaturas
(2011) pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestranda em Língua,
Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás
(UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5673266754427585>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4225-9320>. E-mail: eli_pontal@hotmail.com

Graduado em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua
Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9926369936787457>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4826-8677>. E-mail: regebrl@gmail.com

Resumo: A palavra empoderada de literatura e de humanidade dá vazão ao sujeito, a cultura, ao encontro e aos desencontros das relações humanas sendo que, em inúmeras situações, figura como veículo de denúncia e reflexão de conflitos e mazelas sociais. O romance *O filho de mil homens* (2011), do escritor Valter Hugo Mãe aborda novas construções familiares trazendo à cena questões como: a adoção, o homossexualismo e algumas visões sociais do corpo feminino. A presente pesquisa tem por objetivo analisar como a narração desse romance dimensiona a níveis de pequenos coletivos o respeito com o outro e a prática dos direitos humanos, que ultrapassam a esfera pública e se constituem, antes de tudo, nas atitudes e nos relacionamentos pessoais e cotidianos. Trata-se de uma pesquisa básica de caráter qualitativo, com objetivo explicativo que adotará como procedimento a análise literária e a revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Literatura. Relações Sociais.

Abstract: The empowered word of literature and humanity let the subject, the culture, the meeting and the mismatches of human relations being, in countless situations, figure as a vehicle of complaint and reflection of conflicts and social ills. The romance *O filho de mil Homens* (2011) – *The child of a thousand mans* – written by Valter Hugo Mãe approaches the new familiar bases bringing to scene questions as: adoption, homosexuality and a few social perspectives of women bodies. This research aims to analyze how the narrative of this romance scales to small collective levels the respect to the other and the practice of human rights that leaves the public sphere and begin, above all at the actions and personal and daily relations. It is a basic qualitative research, the explanatory aim that will proceed to a literary analyzes and literature review.

Keywords: Human Rights. Literature. Social Relationships.

Introdução

Foi o convívio conflituoso que fez gerar a necessidade da definição de um código universal que ponderasse, nas relações sociais, as tão confusas e misteriosas relações entre os seres que acompanham a humanidade desde o seu início.

Conviver com os medos, com as forças e as ambições do outro tem sido o grande desafio das aglomerações humanas, por que essa convivência alcança a reação do outro com esses sentimentos no eu.

A preocupação humana com os direitos comuns e necessários para a garantia da existência do homem precede a Era Cristã, 539 a.c. com os registros do *Cilindro de Ciro*. Originada na Babilônia essas ideias de direitos humanos se espalham pela Índia e pela Grécia, chegando a Roma, onde surge o Direito natural.

Os documentos que afirmam os direitos individuais, como a Carta Magna (1215), a Petição de Direito (1628), a Constituição dos Estados Unidos (1787), a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), e a Declaração dos Direitos dos Estados Unidos (1791) são os precursores escritos para muitos dos documentos de direitos humanos atuais¹.

Segundo Mascaro (2011), uma análise da história desses documentos nos mostra que a discussão no âmbito desses direitos sempre esteve atrelada ao tempo em que são requeridos, como esses direitos precisam ser remodelados de acordo com a dinâmica viva da existência, adquirindo características mutáveis, relacionadas a escolhas conceituais, a forma como o homem de determinado tempo se relaciona com a verdade.

Junto a essa análise histórica também é importante destacar que esses direitos, em todos os tempos, nunca foram dirigidos aos estados, mas às pessoas e aos pequenos coletivos, nesta perspectiva é importante dizer que os direitos universais e humanos são exercidos/garantidos nas ações/relações cotidianas entre os seres, como é possível observar nas reflexões da primeira presidente da incipiente Comissão da ONU para os Direitos Humanos:

Eleanor Roosevelt, a incansável defensora dos direitos humanos que dirigiu o processo de redação da DUDH, expressasse melhor os objetivos e o impacto da Declaração. Ela costumava perguntar ao público: onde os direitos humanos universais começam? Sua resposta era: em lugares pequenos, perto de casa — tão próximos e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. “Esses são os lugares onde todos os homens, mulheres e crianças buscam igualdade de justiça, igualdade de oportunidades e igual dignidade, sem discriminação. A menos que esses direitos tenham significado lá, eles têm pouco significado em qualquer lugar”. (grifos do original) (ONU, 2018)²

Muitas reflexões sobre a construção da prática do respeito à condição de dignidade humana nas relações sociais são intimamente relacionadas a garantia do direito à educação. Está claro que o exercício do respeito máximo ao outro perpassa a formação do homem.

A instituição dos direitos humanos passa pela ação individual e tende a ser ampliada pelo acesso do homem a uma educação que ultrapasse a barreira da instrução e alcance a formação do ser, que aconteça em níveis materiais, éticos e simbólicos, sendo necessário relacionar esses direitos à reflexões filosóficas. Formação muito possível quando aliada ao uni-

¹ Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/brief-history/the-united-nations.html>. Acesso em: 05 jul. 2019.

² Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-30-direitos-sao-inalienaveis/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

verso literário.

A desconsideração de uma possível reflexão filosófica dos direitos humanos os colocaria como um olhar que parte do subjetivismo e de uma visão cartesiana que compreende as dualidades que em muito limitam a compreensão do humano, pois analisam o ser apenas por duas características aparentes sem alcançar a complexidade e a profundidade da alma.

Os direitos humanos, porque precisam das relações humanas para existir e/ou para inexistir encontram na literatura um veículo de grande representação, pois através dela espelhamos o mais profundo do espírito humano.

A literatura, enquanto arte da palavra, utiliza-se da linguagem para materializar-se, no entanto, a palavra pela palavra, solta, desprendida de um contexto pouco tem a dizer, assim é necessário que a palavra escolhida traga à superfície as inúmeras essências do humano, nas miudezas e/ou grandezas de seu cotidiano promovendo, em especial, reflexões sobre nossa humanidade.

Essa pesquisa tem por objetivo analisar como a narração do romance *O filho de mil homens* (2011), dimensiona a níveis de pequenos coletivos o respeito com o outro e a prática dos direitos humanos, que ultrapassam a esfera pública e se constituem, antes de tudo, nas atitudes e nos relacionamentos pessoais e cotidianos. Nela abordaremos questões que estão muito próximas do conteúdo proposto pelos artigos: 1.º - todos os seres humanos nascem livres e iguais; 2.º - liberdade de viver sem discriminação; 3.º - direito à vida e 26 – direito a educação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2018). Trata-se de uma pesquisa básica de caráter qualitativo, com objetivo explicativo que adotará como procedimento a análise literária e a revisão bibliográfica.

Direitos humanos discutidos/abordados em O filho de Mil Homens

Publicado em 2011, o romance português *O filho de mil homens*, do escritor Valter Hugo Mãe narra a história de Crisóstomo, um homem que chega aos quarenta anos com uma imensa necessidade de ser pai.

Um homem chegou aos quarenta anos e assumiu a tristeza de não ter um filho. Chamava-se Crisóstomo. Estava sozinho, os seus amores haviam falhado e sentia que tudo lhe faltava pela metade, como se tivesse apenas metade dos olhos, metade do peito e metade das pernas, metade da casa e dos talheres, metade dos dias, metade das palavras para se explicar às pessoas (MÃE, 2012, p. 19).

Dividido em pequenos capítulos (20) o enredo começa apresentando o grande desejo de seu protagonista e segue nos contando como esse desejo é realizado.

Naquela mesma noite, ao entrar na traineira e ouvir um raspanete por estar atrasado, o pescador pousou o seu saco e ouviu dizerem que havia novo companheiro, um rapaz pequeno que precisava de trabalhar. E, num segundo, o rapaz pequeno estava diante dele, agasalhado como só os principiantes e os atrapalhados, os olhos metidos num medo qualquer, as mãos limpas sem trabalhos e tremendo muito, igual às coisas erradas. (MÃE, 2012, p. 23-24).

E segue inserindo, capítulo a capítulo os personagens, os outros que significarão a existência do protagonista. Logo no início da trama o desejo da paternidade é realizado pela adoção do menino Camilo. Filho de relações abusivas, o menino fica órfão ao nascer de uma mãe anã que não resiste ao parto e morre ao dar à luz.

Logo que se descobre grávida a anã procura a delegacia e denuncia como possíveis pais

de Camilo quinze homens da aldeia, o menino é adotado por um idoso (vô Alfredo) que realiza com este ato o desejo da esposa já falecida de ser mãe, de ter uma família. Quinze pais não são capazes de oferecer uma família a indefesa criança.

A narração da história de Camilo traz à tona questões delicadas relacionadas ao preconceito que a nossa inerente diferença humana provoca no convívio social, fala intrinsecamente da nossa percepção do outro. Por ser anã, a mãe de Camilo é alvo da caridade e da curiosidade das mulheres da aldeia que a consideram apenas um ser com uma carga pesada de dores e sofrimentos, sem enxergá-la também como uma mulher. Na contramão desta percepção feminina, grande parte dos homens da aldeia abusam sexualmente da pequena mulher, que relegada à pena e ao estranhamento provocado pela sua estrutura física se deixa abusar numa forma de suprir a carência do corpo e do espírito.

Depois explicou que não era fruto de um amor, apenas da solidão e da pouca resistência. Dizia que havia quem a incomodasse à procura de se meter com ela, e ela, nem sempre querendo, tinha pouca força e deixava que acontecesse como quem despachava um assunto. Despachava assim tantos assuntos, era só mais um, a servir de bocadinho de um certo afeto. Porque um homem tocando-lhe, ainda que de modo egoísta e a pensar em outras mulheres, só pelo toque já engana um bocado o coração, que pensa afetivamente ou guarda afetivamente cada sinal de abraço, cada sinal de beijo. (MÃE, 2012, p. 40).

A denúncia realizada pela pequena personagem, cuja a diferença é tão marcante que o autor não a nomeia - durante toda a narrativa de sua pequena história ela é identificada, apenas, como a ANÃ - é tratada com deboche pelo delegado que não se dispõe, em momento algum, a tentar responsabilizar os envolvidos e denunciados moradores. Temos um gritante caso de abandono paterno e de negação aos direitos de igualdade perante a lei. O desfecho da história do início da vida do Camilo, é marcada pela a morte da mãe e pelo abandono total de seus quinze prováveis pais.

Saiu da aldeia cedo e era cedo quando já chegava à vila e falava com um polícia. Não sabia se seria de mandar prender ou acusar, mas queria dizer a uma autoridade que estava grávida e precisava que o pai assumisse as suas responsabilidades. O polícia não conteve um sorriso e depois sentou-se e convidou a senhora a sentar-se também, puxou um papel e uma caneta e preparou-se para tomar notas. Perguntou: a senhora está a dizer que foi violada. E ela disse: não. E depois a anã continuou: ninguém me fez nada por mal ou por muito mal. Escrevi neste bilhete o nome de quinze homens, um deles há-de ser o pai. O polícia pegou no bilhete, olhou-o sem ler e disse: olhe que não engravida de andar na rua. Achava que a anã, talvez por tolice, pensava que se podia engravidar por cumprimentar um homem. Eram quinze nomes ali anotados, todos da aldeia, todos muito vizinhos, como se fossem um novelo de pessoas que se pertenciam. E o polícia voltou a dizer: estes são os seus vizinhos, por serem vizinhos não significa nada, precisava de ter ido com eles para a cama. A anã esticou-se a crescer um centímetro e respondeu: o tamanho do juízo tenho-o eu todo, e sei bem o que lhe estou a dizer, um desses quinze homens há-de ser o pai da minha criança, é preciso obrigá-los a fazer um teste ou coisa assim. (MÃE, 2012, p. 41-42).

As ações de respeito à vida da anã e de sua condição delicada de saúde são amplamente garantidas pelo médico da aldeia que é quem a acolhe e a protege antes e durante a gravidez.

Quando a anã saiu da casa do doutor, uns dias depois, a aldeia estava esquisita. As mulheres sentiam-se incomodadas e com menos vontade de conversar, os homens andavam calados. O doutor tinha conversado com a anã sobre o processo de gravidez e sobre os direitos da criança. Ter um filho implicava o esforço irredutível de lutar por ele para que auferisse do melhor possível na vida. (MÃE, 2012, p. 39).

Na contramão do abandono dos quinze prováveis pais, o prematuro Camilo é adotado por um avô. Essa estrutura familiar construída pelo narrador importa do ponto de vista de prática dos direitos humanos, pela garantia à vida e a proteção oferecida por esse gesto de doação humana de tempo e amor e também pela carga cultural e simbólica que a convivência com esse avô vai deixar na vida de Camilo.

Viúvo já alguns anos, o velho Alfredo muito apaixonado pela esposa, Arminda, mantém a lembrança da esposa extremamente viva durante a educação de Camilo, além desse cuidado em manter viva o outro lado da descendência fraterna do menino, Alfredo é responsável pelo desenvolvimento do gosto de leitura e de algumas definições preconceituosas em relação às pessoas, em especial ao homossexualismo que mais tarde vai se constituir na barreira para a aceitação do Antonino pelo jovem.

O velho Alfredo explicara ao pequeno Camilo que os maricas eram uma degeneração das pessoas. Eram pessoas que se estragavam e não prestavam mais. Faziam também parte dos que escolhiam ser uma porcaria ao invés de quererem ser normais, como as prostitutas, os drogados, os surfistas e os cantores. (MÃE, 2012, p. 118)

[...]

O velho Alfredo, com tanto amor pelos livros e pelo exercício mental que curaria o colesterol e muito teto de casa com vontade de cair, ensinou ao neto que o amor era todo da família ou dos homens com as mulheres. Como se os maricas não fossem familiares, não fossem nascidos de pai e mãe, não pertencessem a ninguém. Como se fossem talvez encontrados pelo caminho à sorte, igual a algo que se levava para casa a ver o que tinha dentro. (MÃE, 2012, p. 119).

Numa noite chuvosa, quando já tinha quatorze anos, Camilo presencia a morte do avô, depois deste acontecimento permanece por vinte dias alheio ao mundo até que uma vizinha chama a sua atenção para a providência de algumas necessidades básicas de sobrevivência, como procurar um trabalho, já que agora, ele não tinha mais ninguém por ele.

Na procura de um emprego para sobreviver o menino conhece Crisóstomo que imediatamente o reconhece como o filho por tanto tempo esperado e o acolhe devolvendo a ele o direito à proteção, à família e à educação.

Era um menino pequeno, um corpito de poucos quilos e muito susto, assim o viu o Crisóstomo. Era um menino na ponta do mundo, quase a perder-se, sem saber como se segurar e sem conhecer o caminho. Os seus olhos tinham um precipício.

E ele estava quase a cair olhos adentro, no precipício do tamanho infinito escavado para dentro de si mesmo. Um rapaz carregado de ausências e silêncios. Seguia na traneira quase com a promessa de quem podia chorar. Para dentro do rapaz pequeno era um sem fim e pouco do que continha lhe servia para a felicidade. Para dentro do rapaz o rapaz caía.

[...]

O homem que chegou aos quarenta anos sorriu e, pela primeira vez em toda a sua vida, abraçou um colega de trabalho. O rapaz pequeno não soube o que pensar. Depois, enquanto preparavam as redes, o pescador perguntou-lhe se não gostava da escola, se não gostava de estudar. E o rapaz disse que sim, que até era bom em matemática. O pescador pensou que o seu filho seria uma raridade das boas, porque ninguém percebia de matemática, só os génios. O Crisóstomo, uns segundos antes de o dizer, pensou que aquele era o seu filho e pensou que o seu filho era um génio. (MÃE, 2012, p. 24)

Completo com a realização do sonho de ser pai Crisóstomo é indagado pelo filho sobre a necessidade de encontrar um amor, nesse momento diz ao filho que já não precisava de mais nada, pois já o tinha perto de si é quando o filho lhe diz que cresceria e que não poderia estar sempre ao pé de si e que se já se sentia completo sendo pai que encontrasse um amor para que pudesse ser o dobro do homem.

Neste ponto o narrador nos apresenta Isaura, uma jovem que ainda na adolescência foi seduzida e abandonada pelo filho do vizinho, seu noivo, com quem começara um relacionamento por interferência dos pais.

[...] A Isaura talvez pudesse deixar de se sentir estúpida e culpada se o rapaz viesse dizer-lhe que fora bom, que gostara e que gostava dela, gostava do seu nome, como se isso legitimasse a condenação de se nascer com uma ferida no meio das pernas, uma ferida que, ia aprendendo agora, servia para que padecesse. Mas o amor, nem por isso, chegava. A água ia lavando o corpo da rapariga como se lavasse sonhos também. Não para que restassem limpos e renovados, mas para que se apagassem como levados numa enxurrada. Apagava-se toda a rapariga, seguindo pelo ralo como se a alma se dissolvesse na água, igual a um açúcar que se perde e nunca mais volta ou volta muito dificilmente. (MÃE, 2012, p. 54)

O drama da Isaura começa após a perda da sua virgindade, da sua moeda de troca social do amor. O abandono do noivo e a violência, mais moral que física, da sua primeira experiência sexual a traumatiza e a faz se consumir em uma tristeza e em um abandono da vida. Afetados por essa quebra da regra social os pais de Isaura também se consomem em uma tristeza infinita e morrem depressivos.

A história do namoro malfadado da Isaura nos traz para a reflexão do espaço social permitido e ocupado pelo corpo feminino, provoca discussões de como as normas sociais ferem o espírito e a dignidade da mulher. A regra é quebrada pelo homem, mas a sua transgressão é sofrida pelo corpo feminino, objeto, material de troca, que estigmatizado passa a ser rejeitado por não ter mais valor.

No auge desta angústia de deslocamento social/existencial da Isaura ela conhece o Antonino (Antônio que se preserva sempre menino, como se a Matilde, sua mãe só o pudesse

amar e aceitar como um menino), o “homem maricas” que a pede em casamento na intenção de legitimar a sua própria condição social e da Isaura.

[...] A Maria pensou que tinha uma filha que era perdida e que o melhor que podia acontecer-lhe era ficar com o homem maricas e calar-se para sempre. Tantos anos passados naquela condição de solteira, a Maria ainda achava que a filha tinha obrigação de se ter inteira, adoçada e inteira, como uma mercadoria muito paciente à espera de comprador. Perante a impaciência, um homem execrável já era melhor do que nada. (MÃE, 2012, p. 63).

Antonino nos é apresentado junto com a sua mãe Matilde. Moradores de uma pequena vila rural os dois são vítimas de um forte preconceito provocado pela opção sexual do Antonino, que apesar de não assumir publicamente seu homossexualismo é conhecido por todos como o homem maricas.

A vizinha insistia: o seu rapaz é maricas para a vida inteira, que ele abana-se como os galhos e tem mais flor do que a amendoeira. Se fosse meu filho, pela vergonha, eu rachava-o a meio e metia-o no buraco dos cães com sarna. A Matilde, com o coração pequeno e a cabeça confusa a encher-se de ódio, achava que se o filho lhe morresse a vida estaria normal, porque ser mãe fora uma ilusão. Parecia uma menina nos sentimentos, pensava ela do filho. Parecia uma menina quando dizia algumas palavras, parecia que, distraíndo-se, gesticulava demasiado. A Matilde não conseguia entender porque lhe aconteceria um horror assim. (MÃE, 2012, p. 97)

Sua condição de homossexual na narrativa tem carga dupla, pois é margeada pelo preconceito social e pela dificuldade da sua mãe de aceitá-lo como era. Matilde é constantemente pressionada por conhecidos e vizinhos para que tome atitudes drásticas em relação a existência do Antonino, sendo sugestionada diversas vezes pelos moradores a matá-lo.

A Matilde suspirava, lavava as roupas e as louças do Antonino e, de cada vez que uma faca lhe passava pelas mãos, pensava em mandá-lo embora antes que fosse tarde demais. Um rapaz sem pai não tinha valentia. Que valesse ao menos para não envergonhar ninguém. Era uma coisa tão pouca de se fazer. Tão pouco de se esperar e pedir. Guardava as facas a tremer. Em cada faca nascia uma boca e todas as bocas diziam que o matasse. A Matilde, sozinha por casa, ouvia sempre o mesmo. (MÃE, 2012, p. 99)

Num dado momento da narrativa Antonino é espancado por vários homens da vila ao ser apanhado observando-os enquanto tomavam banho. O momento da violência física sofrida pelo Antonino inflama as feridas relacionais entre ele e a Matilde. A dor sentida pelo corpo alcança a alma.

No dia seguinte, lavando-se, recusou o amor como quem escolhia a sanidade. Haveria de, renunciando à sua própria natureza, ser um herói de si mesmo, um herói da sua mãe. Preferia ser sempre um herói infeliz. Disse à Matilde que nunca mais lhe daria um desgosto. Ela tomou uma faca, viu-a

abrir a boca, ouviu-a dizer que o matasse e aproximou-se do rapaz, que chorou. A Matilde pousou a faca no pescoço do filho. O frio da lâmina parecia medir-lhe a febre que voltava. (MÃE, 2012, p.103)

Quando o rapaz chegou aos dezessete anos, vieram dizer à Matilde que o tinham espancado perto do riacho. Ela que fosse vê-lo depressa porque o miúdo estava caído no chão a gemer de dores. E o que foi, perguntava ela. Responderam-lhe: estava de calças arreadas a ver os homens que tomavam banho. O seu filho, dona Matilde, é aleijado por trás. (MAE, 2012, p.100)

A relação difícil que se estabelece motiva a proposta de casamento do Antonino com a Isaura, ao uso da máscara social. O casamento de aparências termina com a fuga do noivo na noite de núpcias. A tristeza do novo abandono leva Isaura a andar sem rumo pela madrugada e a coloca sentada no mesmo lugar da areia que o Crisóstomo sentou, quando na sua ânsia de ser pai pede ao universo o filho.

O encontro da Isaura e do Crisóstomo na praia metaforiza o início de um ciclo de acolhimento e ressignificação no enredo. No alto do seu desejo de construir uma família o pescador acolhe Isaura no seu jeito sumido de ser, na sua magreza, no seu ainda tão grande silêncio. Ao acolhê-la, acolhe também o seu cotidiano e traz para a composição da sua família os outros personagens.

Entre o reboiço em que ficou a mobília, distribuíram-se os convidados um pouco à vontade mas com cerimónias simples e tantas atenções. Estavam uns mais altos e outros mais baixos, porque os bancos tinham pernas longas e as cadeiras tinham pernas bem mais curtas. Com o mais alto e o mais baixo de cada um, a mesa tão improvisada tinha o popular dos arraiais. Parecia um carrossel de gente em torno das cores alegres dos pratos e das comidas. Faltava que girasse. Tinha de ser uma festa, talvez fosse mesmo uma festa, porque sobre as dores de cada um se celebravam de algum modo as partilhas, a disponibilidade cada vez mais consciente da amizade. Estavam à mesa carregados de passado, mas alguém fora capaz de tornar o presente num momento intenso que nenhum dos convidados queria perder. Naquele instante, nenhum dos convidados queria ser outra pessoa. O Crisóstomo pensava nisso, em como acontece a qualquer um, num certo instante, não querer trocar de lugar com rei ou rainha nenhum de reino nenhum do planeta. (MÃE, 2012, p. 183-184)

A reunião de todos esses personagens numa convivência de contexto de pertencimento, de família promove a grande validação dos direitos universais do homem, pois o direito garantido ao eu se multiplica no direito e no respeito concedido ao outro. Essa passagem é marcada por uma simbologia que mostra toda a diversidade familiar na descrição da diversidade da mobília.

A convivência e o acolhimento encontram um ponto de realização na residência simples do pescador e a sensibilidade do Crisóstomo em entender e aceitar o outro a partir da diferença de cada um desconstrói os medos e as culpas, devolve a vida e sonho lavado do corpo da Isaura e a capacidade da Matilde de amar o filho crescido como ele exatamente é.

Trouxe os peixes, usou para eles as louças que herdara e que se espantavam de novamente pousarem em mesa de grandes conversas, e disse que entre a Isaura ser dele e do Antonino era importante que fossem todos familiarmente unidos. Farto como estava de ser sozinho, aprendera que a família também se inventava. O Antonino sorriu iluminado. A Isaura deu-lhe a mão e riu muito. A Matilde, que talvez não soubesse que o seu filho era o melhor ser humano do mundo, sentiu que, por tolice ou novidade, ele cabia naquela casa. A Matilde não o saberia dizer, mas sentiu que uma casa onde o seu menino grande pudesse caber haveria de ser uma casa perfeita. Com tanto desespero, pensou subitamente que o mundo poderia ser mais justo para com o seu menino diferente. O mundo poderia ser melhor. Naquela casa, naquele instante, o mundo era também perfeito. (MÃE, 2012, p. 184)

É essa relação do eu com o outro, a mais bem elaborada no desenvolvimento das personagens de *O filho de mil homens*, que nos deixa claro que é através da convivência que se quebra, na narrativa, as muralhas do preconceito social.

De acordo com Mascaro, “O próprio relacionar-se com as outras pessoas e outros tempos carrega a possibilidade de levar sua identidade para além de si próprio e entrar em contato com outros horizontes” (MASCARO, 2011, p. 20). A Matilde só se reconhece mãe do Antonino quando se relaciona com os outros que o acolhem, o reconhecem na sua diferença. Ainda para Mascaro:

A formação proporcionada pela literatura autêntica é relacionada com a palavra e com linguagem e, portanto, com as concepções de mundo estranhas, sendo continuação de um processo de formação baseado na superação do mundo circundante e na familiarização com o outro, na construção de nossa própria liberdade ao conhecimento a partir do ser-outro, do reconhecimento. (MASCARO, 2011, p. 56)

No romance, a consolidação e a entrega dos direitos humanos aos personagens acontece no acolhimento que o Crisóstomo promove, nos confrontos da convivência da sensibilidade do protagonista, quando este ressalta a qualidade maior de cada alma.

A relação da literatura com os direitos humanos

No contexto brasileiro, a abordagem mais conhecida sobre esses dois grandes assuntos é o ensaio *Direito a Literatura*, escrito pelo crítico Antônio Cândido o que inicia fazendo uma reflexão sobre as contradições dos avanços científicos e tecnológicos, da nossa época, com os mecanismos de garantia de acesso das populações aos direitos humanos. Destaca que todo avanço não foi capaz de resolver questões básicas como a equidade na distribuição das riquezas. De acordo com Cândido:

[...] a nossa época é profundamente bárbara, embora se trate de uma barbárie ligada ao máximo de civilização. Penso que o movimento pelos direitos humanos se encontra aí, pois somos a primeira era da história em que teoricamente é possível entrever uma solução para as grandes desarmonias que geram a injustiça contra a qual lutam os homens de boa vontade, à busca, não mais do estado ideal sonhado pelas utopistas racionais que nos antecederam, mas do máximo viável de igualdade e justiça, em correlação a cada momento da história. (CÂNDIDO, 2011, p. 172)

O autor insiste em dizer que uma das maiores barbáries é ter a solução para tantos males ao alcance e, não a utilizar para o bem comum, em contraponto, porém nos apresenta os avanços em relação a postura de órgãos governamentais como o tribunal de Nuremberg na garantia de que ações atrozias não voltem a ser praticadas.

No centro de suas reflexões, traz à tona uma questão primordial para se pensar em direitos humanos, afirma que: “[...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo [...]” (CÂNDIDO, 2011, p. 174).

A questão levantada por ele ao relacionar nossas necessidades com a necessidade do próximo está ligada a alteridade, um elemento da subjetividade que é a força motora dos conflitos e entendimentos nas relações humanas, já que é através da alteridade que criamos o conceito de *outro* e é também através desse *outro* que nos reconhecemos humanos. Para Teotônio: “[...] quando se fala em alteridade, fala-se também em identidade e diferença, individualidade e coletividade, sujeito e instituições sociais, estigmas e preconceitos”. (TEOTÔNIO, 2018, p. 26)

No jogo das relações de alteridade é a significação que atribuímos ao *outro* que estabelece as nossas relações de diferença e na qual performamos, de acordo com Bahbah (2008), as nossas identidades. Ainda de acordo com Teotônio:

Somos seres sociais e vivemos em relação, isto é óbvio, mas o que se pode compreender relacionando esses autores é que a construção da identidade, que pode significar a constituição do sujeito, a construção de um eu, passa, primordialmente, pela criação de uma imagem de si que é definida a partir da relação eu-tu, eu-outro. (TEOTÔNIO, 2018, p.22)

No princípio básico da alteridade: o que me significa é a existência do outro, “[...] é o entendimento de uma completude que só o outro pode dar [...]” (TEOTÔNIO, 2018, p. 29). Só somos humanos na relação com o *outro*. Sem as relações do eu com o *outro*, se quer, se faz necessário que se pense em humanidade, que se discutam direitos fundamentados nessa condição humana. Desta forma, é possível afirmar que a força de realização da legislação construída com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, têm uma enorme força de realização nos pequenos espaços de socialização. Pela condição íntima da alteridade com a nossa essência social, Cândido, antes de adentrar nas questões que fazem da literatura um direito humano nos convida a pensar:

[...] na distinção entre “bens compressíveis” e “bens incompressíveis” do sociólogo francês, o dominicano Padre Louis-Joseph Lebreton, [...] que está ligada a meu ver com o problema dos direitos humanos, pois a maneira de conceber a estes, depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis, isto é, os que não podem ser negados a ninguém. (CÂNDIDO, 2011, p. 175).

O autor passa então a tratar a literatura como um bem incompressível e a coloca entre os direitos primordiais que não podem ser negados a ninguém como os direitos previstos nos artigos 1.º - 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais; 2.º - Liberdade de viver sem discriminação e 3.º - Direito a vida. (ONU, 2018)

Um dos argumentos usados por Cândido para essa classificação da literatura como direito humano parte da necessidade de fabulação inerente a todos os homens. Segundo ele:

[...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem

a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. (CÂNDIDO, 2011, p. 175).

A necessidade de fabulação referenciada por Cândido e proporcionada pela literatura constitui um elemento fundamental no processo de formação dos homens, pois através das fabulações literárias podemos acessar outras cosmologias, adentrar no conflito de outros seres e desenvolver nossa alteridade.

A leitura e a escrita ampliam os horizontes de percepção humana. O homem que lê adentra uma diversidade de ambientes que ampliam significativamente sua forma de ver o mundo, de entender o outro. É importante destacar a pluralidade de representações possibilitadas pelo texto literário. A força de se enxergar na vivência de outro ser, mesmo que ele seja um ser ficcional. Pela literatura podemos conhecer uma infinidade de “outros” que nossa ínfima existência por si, não nos permitiria.

Outra questão a ser lembrada é a importância da literatura e do seu atravessamento de tempos, espaços e culturas para ampliar essa vivência e potencializar a prática dos direitos humanos. Para Adélia Prado (2008) a literatura humaniza quando a dor e/ou a emoção descrita pelo outro é reconhecida como similaridade com nossas próprias dores e emoções.

Conceber a literatura como “força humanizadora” decisiva para a formação dos sujeitos implica considerá-la (CÂNDIDO *apud* PILATI, 2017, p. 20): “algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem”

A especificidade da literatura está na vivência de experiências humanas através da mediação de uma forma estética particular. E essas vivências são fundamentais não apenas para a formação acadêmica do aluno, mas também para o incremento da sua percepção de si mesmo e do mundo, sendo, ademais, um sempiterno estímulo a intervenção na realidade injusta, que quase todos concordamos, precisa ser transformada e humanizada.

Se a arte não é uma urgência, ela é, todavia, um fundamento de nossa humanidade, pois liga-se a uma função primordial da constituição da humanidade, que é o “fantasiar”. Freud nos diz que o “fantasiar” (*Phantasieren*) é a base do trabalho do poeta (do criador). Criar é um modo de formar o humano. (PILATI, 2017, p. 12-13)

A existência de uma discussão sobre os direitos humanos é fundamental na melhoria das relações entre os seres. Neste contexto a literatura permite conhecer e refletir sobre a enorme complexidade do humano na relação com o humano, nas inúmeras questões pessoais e culturais que o existir propicia.

Considerações Finais

A instituição dos direitos humanos passa pela ação individual e tende a ser ampliada pelo acesso do homem a uma educação que perpassa a barreira da instrução e alcance a formação do ser, que aconteça em níveis materiais, éticos e simbólicos.

O romance *O filho de mil homens*, por vezes, reforça a necessidade e a ausência da educação. A Matilde acredita que se ela tivesse deixado o Antonino ir à escola ele poderia ter crescido com outra orientação, por isso é a primeira ação adotada pela personagem quando ela adota a Emília. O Crisóstomo ao conhecer o Camilo lhe pergunta imediatamente se ele não

gostaria de continuar indo à escola.

Vale destacar que a verdadeira formação percebida no contexto da obra acontece por meio da reflexão promovida pela convivência entre os personagens. É quando se relacionam, se conhecem que os preconceitos vão sendo aos poucos diluídos, inclusive o auto preconceito, uma vez que a Isaura através do olhar e do contado afetuoso do Crisóstomo volta a se reconhecer no espelho e deseja, ser uma pessoa melhor. Também a Matilde consegue se relacionar melhor com o filho e aceita-lo como ele é, no momento que o percebe acolhido pelo Crisóstomo e pela Isaura. A grande redenção do enredo acontece quando o Camilo consegue, por meio da observação e das conversas com o Crisóstomo, aceitar o Antonino, reconhecer-lhe a beleza do ser.

A subjetividade e a alteridade, elementos fundamentais na convivência humana são passíveis de evolução e de transformação e imprescindíveis para o reconhecimento dos direitos e a evolução desses elementos de humanidade, são potencializadas a partir do contato com a literatura, na prática de ler e/ou escrever nós, cada vez mais, nos reconhecemos humanos e reconhecemos a diversidade do outro.

O reconhecimento da humanidade do outro é o requisito mínimo para a razão de ser dos direitos humanos, e os valores dos seres envolvidos nesse processo são valores moventes, muito claros na explicação que o Crisóstomo dá ao Camilo sobre o porquê o vô Alfredo tinha dificuldades em respeitar/aceitar homens como o Antonino.

O Crisóstomo dizia que talvez para os campos as pessoas fossem mais atrasadas, porque ali ao pé da água já se via de tudo e os maricas não tinham novidade nem ofereciam alguma ameaça. Os maricas eram como gente mais colorida a alegrar os passeios. O povo podia rir-se, mas não queria fazer grande caso. Só era necessário isso, não lhes fazer caso [...] Disse que o Antonino era o melhor ser humano de todos porque chorava e se magoava com as coisas e disse que era essencial aprender a prestar-lhe atenção. O Crisóstomo, no friso do sofá, sorriu e o Antonino chorou. (MÃE, 2012, p. 181).

Desta forma é possível concluir que a percepção da nossa humanidade é móvel e diversa e que a literatura é fundamental para a formação do homem, porque amplia nossos conhecimentos dessas cosmologias. O enredo da vida de um grupo de personagens, num espaço e tempo ínfimo podem representar e resgatar a significação de todo um universo. As fronteiras moventes e sempre intensamente vivas da literatura proporcionam ao produto literário a possibilidade de pertencer aos povos de todos os territórios, pois trata de sentimentos e conflitos de relações que são, antes de tudo, humanas.

Referências

CÂNDIDO, A. Direito à Literatura. IN: **Vários Escritos**. 5.ª Edição. Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2011.

MÃE, V. H. **O filho de mil homens**. E-pub. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MASCARO, L. D. M. **O papel da literatura na promoção e efetivação dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Direito. Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito. – São Paulo, 2011.

PILATI, A. **Poesia na sala de aula: subsídios para pensar o lugar e a função da literatura em ambientes de ensino**. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2017.

PRADO, A. **O poder humanizador da poesia** (Palestra da escritora brasileira, Adélia Prado, no

programa Sempre um Papo de 2008. Disponível em: <https://nossabrazilidade.com.br/adelia-prado-aula-magna-o-poder-humanizador-da-poesia>. Acesso em: 22 out. 2019.

ONU. ONU publica textos explicativos sobre cada artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 12/11/2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-publica-textos-explicativos-sobre-cada-artigo-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TEOTÔNIO. R. C. A. **VALTER HUGO MÃE**: Filho de mil homens e mil mulheres. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2018. Recife, 2018.

Recebido em 14 de julho de 2020.
Aceito em 20 de julho de 2020.